

# Entrevista PROFFORMA ao professor Carlos Nogueiro, secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)

Luísa Moreira  
CEFOPNA

1 - PROFFORMA – Como todos sabemos, a transferência de competências no âmbito da educação para os municípios não é uma decisão pacífica ou sequer consensual. Como encara a CIMAA a efetivação desta transferência?

A progressiva transferência de competências para os municípios tem sido uma realidade concreta decorrente, penso, da necessidade de aproximar as decisões das pessoas e dos territórios, tornando mais eficiente a auscultação das populações e suas necessidades e tornando mais eficaz, supõe-se, a resolução de problemas reais que, não poucas vezes, escapam ao olhar mais abstrato e distante dos governos centrais. Daí que a CIMAA encare com alguma naturalidade, mas com a reserva necessária, que órgãos

eleitos pelos locais – as autarquias – tenham a legitimidade necessária e bastante, para tomarem decisões que impactam directamente com o desenvolvimento do território que habitam e onde escolheram viver e educar os seus. Em relação às políticas de educação, devendo ser pensadas ao nível central, não me parece – bem pelo contrário – que haja algum impedimento de uma intervenção partilhada e activa dos municípios e das comunidades intermunicipais, no desenho de tais políticas, constituindo a promoção de uma Rede de Harmonização da Oferta Formativa de Cursos Profissionais nos territórios NUT III, um bom exemplo do que referi (e que já acontece na nossa NUT III – Alto Alentejo).

Certamente não será, no imediato, um processo fácil, pelo nível de ruído que poderá introduzir nos processos de responsabilização política – planeamento e execução de medidas de gestão e administração – esperando-se muitos constrangimentos, nomeadamente de carácter financeiro e de afectação e gestão de recursos humanos.

Uma questão complexa, mas que não pode deixar de ser encarada como um caminho a percorrer e que, aliás, a recente produção legislativa do governo central sobre a flexibilização dos currículos, acaba por, lato sensu, contemplar, porquanto introduz possibilidades imensas de incorporação das idiossincrasias territoriais nos projectos educativos em cada agrupamento escolar.

## 2 - PROFFORMA – Estamos a viver uma municipalização da educação de forma mais ou menos velada?

Depende do que se entender por “municipalização da educação”... . Muitos municípios (por opção própria e estratégia do território ou por negociação com os governos centrais) já têm há algum tempo uma intervenção concreta e visível na definição de uma estratégia partilhada na definição das políticas educativa e de formação e qualificação das pessoas no seu espaço humano e geográfico. Será isso negativo??? Não creio, mas consciente das suas dificuldades e constrangimentos.

O Diploma que referem no início não clarifica na sua plenitude o processo, que atribuições concretas e como executar (nomeadamente com que financiamento e com quem). Penso que, caso a caso, faltará esse debate, para assegurar as condições financeiras

de suporte à sustentabilidade das competências delegáveis.

## 3 - PROFFORMA – Teoricamente, unir vontades, colocar autarquias e escolas a falar a mesma linguagem, parece perfeito. Na prática, poderemos estar a assistir a um diálogo de surdos?

Sempre, na minha vida pessoal e profissional, defendi e privilegiei a negociação, os consensos, o encontrar e concretizar objectivos comuns e que todos, somos, muitas vezes, mais do que a soma das partes, pelo que sou um optimista por natureza, quanto à promoção do diálogo como forma de construir cumplicidades futuras. Se não nos enquistarmos em casulos ou redomas pessoais ou corporativas e se realmente o interesse for o território e quem nele habita, então não tenho grandes dúvidas que haverá progressos no diálogo. Uma negociação implica sempre que haja avanços e recuos, cedências e conquistas... É disso que é feita e isso não significa perder ou ganhar, porque quem tem que ganhar não são os negociadores, mas o território que representam e os seus habitantes. E importa não esquecer que outros parceiros poderão ser trazidos à colação, como sejam os Pais e Encarregados de Educação ou os mundos empresarial, cultural e artístico .... A política educativa de um território não se deve resumir aos Executivos das Escolas e dos Municípios. Não significa isto retirar a importância determinante que estes terão sempre em qualquer negociação, sendo, naturalmente, os actores principais.... mas, concordarão, será redutor apresentá-los como os únicos intervenientes em tal processo.

**4 - PROFFORMA – Parece, olhando a grande diversidade dos 18 agrupamentos de escolas do distrito, haver situações muito específicas. Com a transferência de poderes e responsabilidades para os municípios, não se corre o risco de acentuar a diferença entre as ofertas e recursos dos agrupamentos?**

Pois...o problema, e que foi sendo discorrido ao longo desta entrevista, é conhecer que processos de execução estão associados aos poderes e responsabilidades e como serão aplicados. Na resposta anterior deixei claro a via que subscrevo: Diálogo, Negociação e Consensos, no respeito integral pelo território e seus habitantes e não defraudando as expectativas dos stakeholders envolvidos (e.g. docentes, alunos, pais, não docentes e técnicos especializados...).

Volto à Rede de Oferta que referi há pouco e o bom exemplo que tem constituído na articulação e não replicação de projectos.

Por outro lado, o despovoamento progressivo e inexorável do território, obriga a ganhos de escala só possíveis mediante o trabalho intermunicipal e dessa forma apresentarmo-nos às estruturas de decisão centrais, como um território que trabalha articuladamente e que sabe o que pretende e para onde ir...Não é possível querer tudo em todos os municípios do Alto Alentejo, mas importa ter muito (e que seja consequente e motor de desenvolvimento no todo que é a NUT III – Alto Alentejo) e isso só será possível se o trabalho intermunicipal for progressivamente valorizado por todos. Naturalmente que no respeito integral pelos municípios integrantes do mesmo.

**5 - PROFFORMA – “Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, reza a vox populi. Será este o caso nesta transferência de competências do ministério da educação para os municípios?**

Não sei. No nosso caso particular talvez seja mais sensato ouvir cada um dos municípios, que estando directamente envolvidos terão, certamente, uma opinião mais substantiva e outros argumentos.

**6 - PROFFORMA – O professor Carlos Nogueiro tem acompanhado de perto o trabalho desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). Como analisa a articulação feita pelos agrupamentos e municípios do Alto Alentejo na concretização dos planos de ação estratégica construídos no âmbito do PNPSE?**

Suponho que terá e tem havido um trabalho conjunto na construção e implementação dos mesmos. Na parte que nos toca, penso que temos vindo a melhorar e sensibilizar a comunidade educativa e os municípios, tendo organizado diversos momentos de partilha entre todos (municípios, escolas, IPP, centros de formação de professores e outras entidades) ao longo do último ano, com a colaboração inestimável do PNPSE, mediante a realização de colóquios, seminários, sessões de apresentação de novos projectos, para os quais, aliás, o CEFOPNA tem sido regularmente chamado a participar. Foi importante este caminho para estimular uma perspectiva intermunicipal e de aprendizagem conjunta, percebendo o que vai sendo concretizado nos diversos agrupamentos e municípios e disponibilizando a CIMAA para o apoio

necessário à implementação de novos projectos e desafios, sempre com máximo respeito que é necessário garantir às Escolas e aos seus autónomos Projectos Educativos. Importa realçar que a CIMAA irá disponibilizar um novo aviso para proporcionar aos municípios, em articulação com os planos de ação das escolas, novas candidaturas comprometendo assim a verba ainda disponível neste momento no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Alentejo.

**7 - PROFFORMA – O PNPSE veio ajudar a diagnosticar uma situação social, marcada pela pobreza e pela desertificação, que é grave no território do Alto Alentejo. Considera que existem recursos suficientes, e de fácil utilização, para inverter esta situação?**

A rede de infraestruturas educativas no Alto Alentejo (salvo algumas situações que irão ser objecto de intervenção no curto/médio prazo) são de elevada qualidade e de construção ou requalificação relativamente recentes. Neste particular chamava atenção para a questão do transporte escolar, central e relativamente à qual a CIMAA assumiu responsabilidades acrescidas, por forma a “encolher” o território, atendendo à sua extensão e a à baixa densidade populacional, contribuindo para a definição de uma rede territorial de transportes.

A situação social que referem é um problema complexo, cuja melhoria resultará, obrigatoriamente, de uma abordagem multidisciplinar e inter e transmunicipal, para a qual a educação dará, necessariamente, o seu contributo.

**8 - PROFFORMA – Os fundos comunitários visam, no domínio da**

**educação, contribuir para combater as assimetrias a diferentes níveis. No entanto, em Portugal, continuamos a verificar que o país, tem duas velocidades, e que entre o litoral e o interior o fosso é muito profundo. Como entende que a educação pode, no quadro da Lei 50/2018, combater este quase fatalismo?**

Compreendo a pergunta, mas o despovoamento não se combate por decreto, antes pelos instrumentos que ele nos confere para o efeito e como referi logo no início, a eventual aproximação dos eleitores, e habitantes de um dado território, dos decisores políticos pode inverter a tendência que referem. Se falamos de um diploma que promove (e não estamos, nesta fase, a discutir o como...) essa aproximação, então poderão estar reunidas condições para se iniciar um percurso que poderá vir, a prazo, melhorar as condições de habitabilidade de um território (e são muitas e muito diversas...) e bem assim torná-lo atractivo para a sua fruição plena, inclusive para os não residentes, como sejam visitantes ou potenciais investidores, targets importantes na inversão da tendência de abandono a que aparentemente estamos votados...

A Educação não é excepção e se juntarmos as componentes de formação e qualificação profissional, melhor se perceberá a sua importância. A rede de oferta dos cursos profissionais de ensino secundário, devidamente articulada, com intermediação da CIMAA e com a intervenção dos municípios, Escolas do Alto Alentejo, IPP e outras entidades, poderá contribuir decisivamente, para a disponibilização de quadros qualificados na sustentabilidade de determinadas actividades económicas

( e.g. Turismo ; Agro Pecuária,...), bem como um motivo de atração de novos estudantes de outras zonas do País onde os cursos não existem ou terão outro potencial quando desenvolvidos aqui ( e.g Equitação em Alter do Chão).

A possibilidade de uma maior intervenção dos Municípios, porquanto definem a estratégia de desenvolvimento de cada concelho, no apoio à definição da oferta (e que lhes acrescenta também maior responsabilidade no apoio ao desenvolvimento de tal oferta), poderá resultar, penso, da aplicação do Diploma que referem...

**9 - PROFFORMA – A rede de cursos profissionais foi já no ano letivo de 2018/19 construída sob a coordenação da CIMAA. Considera que dá resposta efetiva às necessidades das populações? Não estará o processo envenenado a montante, com a classificação de relevância de cursos pela ANQEP?**

Já se falou aqui da implementação de uma rede colaborativa de educação e da importância do trabalho intermunicipal. Se nos anteciparmos, criando escala territorial, e apresentarmos as nossas propostas em tempo útil, a relevância dos cursos definida pela ANQEP será ultrapassada

pela realidade do território e, assim sendo, seremos nós a construir, ou melhor, a reconstruir, o processo de antecipação de necessidades de formação. Salvo melhor opinião, é algo que apenas depende de nós, território Alto Alentejo. Trabalhemos em conjunto, com objectivos bem claros e partilhados, apresentado antecipadamente o roteiro que, justificadamente, pretendemos seguir e podem ter a certeza que acabaremos por tomar nas nossas mãos o destino que ambicionamos.

**10 - PROFFORMA – Se fosse possível hierarquizar, quais seriam as três principais metas que considera deverem os agrupamentos e a CIMAA alcançar até ao início do ano letivo 2019/20?**

O aprofundamento e consolidação da Rede Colaborativa de Educação do Alto Alentejo, projecto em que começámos a trabalhar no ano lectivo passado;

A conclusão da rede de infraestruturas de educação no Alto Alentejo;

Atingir os objectivos estabelecidos no âmbito dos projectos de promoção do sucesso escolar, ou seja, melhorar os dados sobre ao sucesso escolar no nosso território.